



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ**

PORTARIA Nº 945, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016.

A PROCURADORA-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ,

Considerando o disposto na Lei 13.024/2014, no Ato Conjunto PGR/CASMPU nº 01/2014 e na Portaria PRC/PR nº 678/2014, bem como a delegação de competência conferida pela Portaria PGR nº 740/2014;

Considerando a vantajosidade econômica da designação em substituição na modalidade remota em relação aos gastos com diárias e passagens para itinerância;

Considerando, por fim, que na Seção Judiciária do Paraná os feitos judiciais tramitam por meio de processo eletrônico – e-Proc, enquanto os raros autos físicos podem ser deslocados entre as unidades por meio de malote, resolve:

Art. 1º Designar os Procuradores da República para atenderem a todos os feitos e procedimentos judiciais e extrajudiciais cíveis e criminais dos escritórios e nos períodos abaixo indicados, na modalidade remota:

DATA DE INÍCIO	DATA DO TÉRMINO	OFÍCIO SUBSTITUÍDO	MEMBRO SUBSTITUÍDO	MEMBRO SUBSTITUTO	MOTIVO
05/12/2016	11/12/2016	Ofício PRM Guarapuava	Ofício vago	Juliano Baggio Gasperin	Ofício Vago
05/12/2016	11/12/2016	2º Ofício PRM/Cascavel	Felipe D' Elia Camargo	Carollina Rachel Costa Ferreira Tavares	Período de trânsito do Procurador
05/12/2016	11/12/2016	Ofício PRM Pato Branco	Ofício Vago	João Gualberto Garcez Ramos	Ofício Vago
05/12/2016	11/12/2016	Ofício PRM Campo Mourão	Henrique Hahn Martins De Menezes	Henrique Gentil Oliveira	Período de trânsito do Procurador
05/12/2016	11/12/2016	Ofício PRM Apucarana	Raphael Otávio Bueno Santos	Alexandre Collares Barbosa	Folga de plantão

Art. 2º O Procurador indicado fica responsável por todos os autos judiciais e extrajudiciais distribuídos ou conclusos ao escritório no período da substituição, sendo vedado restituir

o feito sem a devida manifestação, a qual deverá ser feita ainda que após o termo final da designação em substituição.

Art. 3º Nos termos do art. 32 § 3º do Ato Conjunto [PGR/CASMPU nº 01/2014](#), poderá ser autorizado o deslocamento ocasional, desde que seja exclusivamente para audiências ou atos de investigação vinculados ao ofício acumulado.

Art. 4º É de responsabilidade do gabinete do Procurador da República designado para substituição encaminhar à Coordenadoria de Gestão de Pessoas da PRPR o formulário constante do Anexo I da [Instrução Normativa SG/MPU Nº 01/2014](#) devidamente preenchido e assinado, desde que atendido o requisito constante no art. 58 do ato conjunto [PGR/CASMPU nº 01/2014](#) e no § 1º do art. 11 da Portaria PRC/PR nº 678/2014.

Publique-se.

PAULA CRISTINA CONTI THÁ

[Publicada no DMPF-e, Brasília, DF, 13 dez. 2016. Caderno Administrativo, p. 17.](#)

Ministério Público Federal